



PROJETO CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA

AFRO-BRAZILIAN CULTURE PROJECT AT BAHIA STATE SCHOOL

PROJET CULTURE AFRO-BRÉSILIENNE DANS LE COLÉGIO CENTRAL DA BAHIA

Neise Mare de Souza Alves

Doutorado em Geografia

Professora do Departamento de Geografia - Universidade Federal de Sergipe

Pesquisadora do Grupo Dinâmica Ambiental e Geomorfologia

neisemare@ufs.br

Maria Regina de Moura Rocha

Doutora em Educação pela Universitat Autònoma de Barcelona

Professora do Centro de Artes, Humanidades e Letras –

Universidade Federal do Recôncavo Baiano

ginamoura_2@terra.com.br

Miguel Antônio dos Santos

Professor de História do Colégio Estadual da Bahia

miguel.itaparica1@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho objetiva relatar a experiência pedagógica vivenciada por professores e coordenadores pedagógicos, no Colégio Estadual da Bahia – Central, localizado em Salvador, no ano de 2003, a partir das proposições da Lei 10.639/03. No ano referido foi realizado o Projeto Cultura Afro-Brasileira visando o resgate da auto-estima do alunado afrodescendente e o combate a práticas discriminatórias produzidas e reproduzidas na sociedade brasileira. A proposta desenvolvida apoiou-se numa metodologia participativa e culminou com a participação de alunos e educadores no Dia Nacional da Consciência Negra. Os principais resultados observados junto do alunado foram: o auto-reconhecimento, a valorização da pluralidade cultural e a postura cidadã contra toda forma de discriminação baseada nas diferenças de cultura, de etnia e/ou de posição social.

Palavras chave: Colégio Estadual da Bahia, Cultura Afro-Brasileira, Combate à intolerância étnico-racial.

Abstract: The idea of this paper is to describe an experience of teachers and coordinators, at Bahia State College - Central, located in Salvador, from the propositions of Law 10.639/03. In 2003 didactic and pedagogical activities were held at the College using this law as a tool for the recovering of self-esteem of African descendant pupils and combating discriminatory practices produced and reproduced into the Brazilian society. The developed proposal was based on a participatory methodology and culminated in the participation of students and

educators in the National Day of Black Consciousness. The main results, concerning to the student body: self-recognition, valuing cultural diversity and citizen stance against all forms of discrimination based on differences of culture, ethnicity and / or social position.

Keywords: Colégio Estadual da Bahia, AfroBrazilian Culture, Combat of ethnic and racial intolerance.

Resumé: Cet étude prétend analyser les expériences pédagogiques vécues par les professeurs et les coordinateurs pédagogiques du Colégio Estadual da Bahia en 2003. Ce colège se trouve dans la ville de Salvador. Au cours de cette année, les activités didactico-pédagogiques réalisées le Projet Culture Afro-Brésilienne visaient récupérer l'auto-estime des élèves afrobrésiliens mais aussi luttait contre les différentes formes de discrimination raciale et de classe sociale faisant parties de la vie quotidienne brésilienne. Nous avons fait usage de la méthodologie participative profitant de la Journée Nationale de la Conscience Noire qui a culminé avec une plus grande participation des élèves et des professeurs. Notre travail d'observation participative nous a permis d'appréhender que les voeux des élèves tournent autour de la lutte pour la reconnaissance, la valorisation de la diversité culturelle, la lutte contre les diverses formes de discrimination basées sur la différence culturelle, ethnique et/ou de classe sociale.

Mots-clés: Colégio Estadual da Bahia, Culture Afro-Brésilienne, lutte contre l'intolérance ethnico-raciale.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação ainda reproduz a lógica excludente com grupos étnicos e segmentos populares que integram a sociedade. A presença dos filhos dos trabalhadores na escola pública foi obra da pressão popular a partir de 1950. Embora a diversidade cultural seja um traço da identidade brasileira, ela ainda não é reconhecida completamente pelas instituições sociais, inclusive, pela escola que precisa rever suas práticas e o modo de trabalhar o conhecimento neste espaço social.

A escola continua concebendo a cultura como um sistema único de crenças, valores, símbolos e significados. Tal perspectiva traduz, em parte, o ideário brasileiro para consolidar a crença conservadora na *democracia racial*, que alimentou o pensamento de muitas gerações. Esta crença reforçava a ideia da formação da sociedade nacional através do encontro pacífico dos povos que originaram a sua identidade. A postura pacífica, largamente difundida nos livros didáticos, contribuiu para o entendimento padronizado sobre cultura no interior da escola e serviu também para ocultar antagonismos, discriminação e preconceitos, entre outras formas de exclusão.

Nesta perspectiva, são frequentes as tensões e os conflitos no interior da escola, geralmente interpretados como movimentos de insubordinação e desordem do alunado. Os

conflitos ratificam a ausência de identificação dos alunos oriundos das classes populares com a cultura adotada e difundida pela escola. Estes atores educativos não se sentem representados pelo sistema de valores culturais que, inclusive, orientam as práticas educativas. Na realidade, a instituição Escola reflete as contradições da sociedade, inclusive, pela transmissão hegemônica da cultura e dos valores produzidos pelas classes dominantes.

A Lei 10.639/03 foi criada visando reconhecer que a presença dos povos africanos foi e é marcante não apenas na formação do povo brasileiro, mas particularmente importante na construção da economia e da identidade cultural do Brasil. Os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sempre registraram um elevado percentual de afrodescendentes, e, o Censo de 2010 constatou o percentual de 50,7% para a população negra (pretos e pardos). Portanto, hoje, é maioria entre os habitantes do País (PORTAL BRASIL, 2012).

Apesar desta constatação, a maior parte dos afrodescendentes vive relegada, cotidianamente, a uma *cidadania de segunda classe*, constituindo a parcela da população detentora dos piores índices sociais – baixa renda, elevado número de desempregados, menor grau de escolaridade e conseqüentemente pequena qualificação profissional, entre outras mazelas decorrentes da natureza da exploração de povos africanos e seus descendentes.

Na atualidade, o alunado da escola pública brasileira é composto por crianças, jovens e adultos predominantemente afrodescendente, em particular nas regiões Norte e Nordeste. O estado da Bahia é detentor da população negra mais numerosa do País e a cidade de Salvador, é referenciada por estudiosos com o epíteto “Roma Negra” (OLIVEIRA, 2008). Apesar desta realidade, a população afrodescendente não se reconhece na sociedade brasileira, as heranças culturais – o modo de ser, agir e pensar – além da história associada à sua ancestralidade são negadas nos livros didáticos e nos processos de aprendizagem nas salas de aulas.

Assim, a Lei 10.639/03 tornou-se um instrumento que pode possibilitar novas ações educativas, inclusive interdisciplinares. No decorrer do tempo, poderão ocorrer mudanças de comportamento no contexto social brasileiro, a medida que a sociedade passe a se reconhecer etnicamente plural e multicultural. Em pleno século XXI, alcançar este estágio ainda se constitui um desafio importante e urgente, pois a discriminação étnico-racial e seus efeitos se manifestam em diversos espaços sociais e sob diferentes configurações, sinalizando para a urgência de seu enfrentamento no plano educativo e em outras esferas da nossa sociedade.

O objetivo deste trabalho é abordar sobre a experiência didático-pedagógica pautada nos aspectos da cultura afro-brasileira construída no ano de 2003 – Projeto Cultura Afro-



Brasileira – por professores e alunos do Colégio Estadual da Bahia, para favorecer o reconhecimento da pluralidade cultural da sociedade brasileira com vistas ao questionamento e, naturalmente, ao combate de qualquer forma de discriminação decorrente da intolerância a diferença étnico-racial e outras modalidades de exclusão social.

Para materializar o projeto em questão, tornou-se indispensável configurar a problemática, implicando no aprofundamento da realidade do Colégio Estadual da Bahia e no domínio da temática proposta Cultura Afro-Brasileira.

Com base no exposto, o processo que deflagrou o conjunto de ações do projeto didático-pedagógico referido foi fundamentado na Lei 10.639/03 e nas orientações dos PCN's, especificamente, aquelas destinadas aos temas transversais, que estimulam a perspectiva interdisciplinar na Escola Básica. Partindo-se desta orientação, privilegiou-se o conceito de totalidade para apreensão da realidade social como fato complexo. Deste modo, preservou-se a coerência entre a linha teórica, que embasou a concepção das atividades desenvolvidas e a opção metodológica.

A metodologia participativa mostrou-se, essencialmente, adequada ao trabalho em apreço, por possibilitar o envolvimento do indivíduo enquanto sujeito político. O diálogo horizontal próprio dessa metodologia favorece a efetiva participação dos atores sociais abarcados por processos e situações que exigem mudanças de atitude e de mentalidade.

As características da metodologia participativa contribuem para o desenvolvimento de uma atitude cidadã e consciente, tanto por parte dos docentes quanto dos discentes, na defesa de uma escola que favoreça as relações étnico-raciais, respeite as diferenças e repudie qualquer forma de preconceito e discriminação. A ausência de imposição de forças subjogadoras na mediação entre atores sociais e educativos permite, que esse tipo de metodologia auxilie os indivíduos a lutarem por sua emancipação e pela revisão crítica de uma história.

No processo de construção do Projeto Cultura Afro-Brasileira coordenadores pedagógicos, professores e alunos debateram e refletiram sobre o tema em pauta, tendo sido efetuadas certas constatações e problematizações. Um dos grandes desafios para que a sociedade brasileira se torne democrática é a eliminação da intolerância étnico-racial e de outras formas de discriminação. Esta situação permeia grande parte das instituições sociais, inclusive, a escola. A ideologia da democracia racial esconde a natureza intolerante da sociedade e dissimula o preconceito étnico-racial através da naturalização do racismo. Tal contexto inspirou as seguintes questões: Até que ponto os fundamentos da Lei 10.639/03

poderá contribuir para combater a intolerância racial através de atividades pedagógicas? Quais são as principais intervenções pedagógicas que os educadores poderão fazer em sala de aula para provocar alguma mudança nesse quadro? Em que medida, o diálogo interdisciplinar poderá favorecer o questionamento sobre as formas de discriminação étnico-racial e contribuir para aumentar a qualidade da autopercepção do aluno afrodescendente?

2 A LEI 10.639/03 NO CONTEXTO DOS MARCOS CURRICULARES NACIONAIS

Com a reconstrução da sociedade democrática, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 foi formulada para defender princípios e fundamentos para uma formação comum no Ensino Básico brasileiro. Por sua vez, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (BRASIL, 1997) surgiram como referência para a melhoria da qualidade do ensino, reconhecendo o protagonismo da escola e de seus atores na preparação, renovação e implementação das propostas curriculares.

Estas iniciativas representaram o esforço da sociedade e dos estudiosos visando a democratização através da escola. Apesar disso, ainda hoje, a fragilidade do sistema educacional brasileiro se manifesta nas elevadas taxas de evasão e de repetência – problemas que afetam a escola pública, frequentada pelos filhos da classe trabalhadora e de baixa renda, afro-descendentes em sua maioria, especialmente, em espaços geográficos marcados pela escravização de povos africanos. A reprodução do modelo escolar que desconsidera a cultura na educação é um elemento importante para justificar a exclusão dos atores educativos na escola e pela escola.

O reconhecimento do papel social da educação é um imperativo das sociedades democráticas, que tradicionalmente costumam dialogar e negociar com a sociedade civil e gestores públicos as modificações curriculares e a formulação de outras propostas educativas, em lugar de impor reformas através de decretos. Embora seja dever do poder público criar as condições materiais para efetividade do ensino, as mudanças curriculares não podem ser viabilizadas de forma autocrática. Tal postura desrespeita e desfavorece o ensino na perspectiva da diversidade cultural. Consequentemente, ignora a realidade dos Municípios e dos Estados e, portanto, das escolas, inclusive, a cultura. Democratizar a educação requer flexibilidade em lugar da obrigatoriedade no cumprimento das propostas curriculares do governo.



Vale ressaltar que nesse contexto, a autonomia e a qualificação do docente são fundamentais para questionar e revisar práticas pedagógicas cristalizadas no âmbito do espaço escolar e incorporar metodologias que permitam ao alunado apropriar-se conscientemente de conteúdos, para sua participação na vida social e comunitária. Logo, não é extemporâneo refletir sobre o papel da formação docente inicial e continuada para a construção da escola democrática e que contemple também princípios e diretrizes para uma educação popular.

Neste sentido, particularmente, as disciplinas vinculadas às Ciências Humanas – Sociologia, Filosofia, Geografia e História – podem fornecer instrumentos teóricos e metodológicos para o reconhecimento e valorização da pluralidade étnica e sociocultural do País, conforme prevê os objetivos desenhados pelo Ministério da Educação. Independente da natureza do segmento de ensino, estas disciplinas não devem ser trabalhadas no espaço escolar como ciências isoladas, em especial, porque muitas de suas categorias lhes são comuns, contudo, o tratamento conferido a tais categorias respeita a singularidade de cada uma dessas ciências.

A Lei 10.639 sancionada em 09 de janeiro de 2003 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (BRASIL, 2003). Esta Lei representa o esforço oficial com a finalidade de reparação, a fim de que a sociedade reconheça no contexto histórico da formação do povo brasileiro, a participação de outras culturas, além da europeia. Assim, torna o Currículo Nacional instância importante para lidar com temas críticos e imperativos da sociedade brasileira, quase sempre geradores de conflito social, como: discriminação étnico-racial, intolerância com as religiões de matrizes africanas, entre outros.

O parágrafo 2º da Lei 10.639/03 faz referência às áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras como sendo as principais responsáveis pelo desenvolvimento da temática acima referida. Não obstante a indicação destas áreas, a História e Cultura Afro-Brasileiras podem ser trabalhadas também pelas demais disciplinas, com a mesma finalidade: promover uma educação democrática, anti-racista e multicultural. Os PCN's abordam dentre os temas transversais a pluralidade cultural, portanto, contempla naturalmente a proposta da Lei em questão. Por outro lado, esse documento deixa evidente a liberdade do professor e das escolas na eleição de outras temáticas adequadas à necessidade e realidade da comunidade escolar na qual esta instituição está inserida.

Dentro desta lógica, os temas transversais cumprem o papel de desmistificar questões consideradas como proibidas e tornam-se instrumento colaborador para a construção de uma sociedade mais democrática através da educação. Logo, o espaço escolar por meio de práticas educativas emancipatórias pode e deve estimular o convívio solidário entre os atores educativos valorizando e respeitando a diversidade humana e cultural.

Na perspectiva dos PCN's, os temas transversais são fundamentais para a inclusão da interdisciplinaridade na Educação Básica, em particular, porque atravessam todas as disciplinas curriculares permitindo ao educando o desenvolvimento de uma visão integrada e complexa da realidade histórica, social e geográfica. Apesar dos avanços na educação brasileira com as contribuições teóricas, metodológicas e as reformas curriculares, a exemplo dos PCN's, a implementação dos temas transversais na realidade escolar ainda constitui um desafio no trabalho docente, em virtude da herança cartesiana na formação do professor e das características do processo de educação deste profissional.

Cabe ao poder público criar as condições materiais para efetividade do ensino. Cabe aos profissionais responsáveis pela promoção da educação conquistar a autonomia para adotar novas práticas de ensino que permitam ao alunado construir o conhecimento no qual esse ator educativo se auto-reconheça.

3 BREVES NOTAS HISTÓRICAS E AÇÕES EDUCATIVAS E CULTURAIS NO COLÉGIO ESTADUAL DA BAHIA

O Colégio Estadual da Bahia referido pela população baiana como Colégio Central é uma instituição de ensino, referência no estado da Bahia. Criado como Lyceu Provincial da Bahia através da Lei 33 em 09 de março de 1836, sua instalação efetiva se verificou em 07 de setembro de 1837, no Convento dos Frades Agostinianos, no Largo da Palma. Inicialmente, o Lyceu tinha aproximadamente 300 alunos matriculados, em 18 disciplinas obrigatórias, cujas aulas abrangiam desde eloquência, poesia à aritmética (CORREIO DA BAHIA, 2002).

O Colégio Estadual da Bahia inaugurou o ensino secundário no estado da Bahia e sempre foi palco de resistência na luta pelos direitos à cidadania, pelo reconhecimento dos direitos humanos, a exemplo do constitucional direito à educação de qualidade. Nesse Colégio estudaram personalidades conhecidas nacionalmente, pela sua atuação na política, artes e saúde, como Antonio Carlos Magalhães, Waldir Pires, Glauber Rocha, Calazans Neto e Elcimar Coutinho, entre outros.



Em 2003 este Colégio possuía aproximadamente 4000 alunos matriculados nos três turnos – matutino, vespertino e noturno. A maior parte desses alunos era constituída por afro-descendentes, residentes em bairros periféricos e muitos trabalhavam em atividades comerciais, no centro da cidade de Salvador.

A localização estratégica do Colégio Estadual da Bahia, na Praça Carneiro Ribeiro, com acesso pela Avenida Joana Angélica e Estação da Lapa (terminal de transbordo de ônibus dos bairros de Salvador para o centro da cidade), sempre foi determinante para que o aluno optasse por realizar o antigo Ensino Médio nesse estabelecimento. O advento da Lei 10.639/03 inspirou e renovou o fazer pedagógico nessa Instituição de ensino com práticas curriculares e extra-curriculares.

3.1 A CONCEPÇÃO DO PROJETO CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A elaboração do Projeto Cultura Afro-Brasileira foi inspirada na Lei 10.639/03, nos princípios da metodologia participativa e da perspectiva interdisciplinar por proporcionar o diálogo entre as disciplinas participantes, revelando o compromisso de professores e alunos do Colégio Estadual da Bahia com o desenvolvimento de ações educativas em favor de uma sociedade que reconheça a pluralidade cultural. Assim, foi necessário desenhar procedimentos metodológicos para o planejamento e execução do conjunto das atividades.

Durante as reuniões de Atividade Complementar (AC), os professores começaram as primeiras discussões sobre possíveis formas para implementar a proposta da Lei 10.639/03 efetivamente – uma educação étnico-racial, na qual o reconhecimento multicultural e o respeito às diferenças estivessem permeando todo o processo do trabalho pedagógico. Inicialmente, alguns coordenadores e professores das disciplinas de História, Geografia, Língua Portuguesa e Artes identificaram a pedagogia de projetos como uma boa alternativa para propiciar ações educativas inspiradas na Lei 10.639/03 e a interdisciplinaridade, como perspectiva apropriada para integrar conteúdos das diferentes áreas de conhecimento.

Considerando esta abordagem, o Projeto Cultura Afro-Brasileira foi elaborado tendo como eixo temático a proposta contemplada pela Lei 10.639/03. O projeto seria realizado no decorrer da terceira unidade do ano letivo de 2003 e sua culminância se daria na semana comemorativa do Dia Nacional da Consciência Negra, quando as Instituições do Movimento Negro se mobilizam para discutir sobre as questões raciais e repudiar todo tipo de preconceito e discriminação, ainda presentes na nossa sociedade.

Na sua primeira edição, em 2003, o Projeto Cultura Afro-Brasileira adquiriu formato de *Feira do Conhecimento dos Países Africanos*. Os professores apresentaram e discutiram com suas turmas a ideia inicial. De modo geral, era apresentada uma lista dos países da diáspora do continente africano para que a classe escolhesse um deles. A partir desse momento, a turma passava a desenvolver pesquisas sobre os conteúdos mais diversos daquele país – artes, economia, história, tradições, música, modo de vida, etnias, línguas faladas, entre outros. No contexto desta ampla investigação, se identificava e se estudava a relação do país africano com o Brasil – formação do povo brasileiro, as heranças culturais (religiosidade, vocabulário, hábito alimentar, etc.), as relações comerciais e diplomáticas.

A *Feira do Conhecimento dos Países Africanos* era realizada nos três turnos do Colégio Estadual da Bahia. No dia da exposição das informações pesquisadas, a visita às salas de aula era franqueada aos familiares dos alunos, bem como a todos os professores, funcionários e dirigentes da unidade escolar. De modo geral, a sala estava ornamentada com a bandeira do país africano representado pela turma. Além disso, alunos se adornavam com vestimentas típicas do país homenageado, preparavam pratos simbólicos, e às vezes, apresentavam alguma manifestação cultural, a exemplo de danças e de músicas tradicionais.

Para concretizar a *Feira do Conhecimento*, as pesquisas eram desenvolvidas concomitantemente com os conteúdos previstos para a unidade e ministrados pelos professores das disciplinas específicas. Entretanto, era reservado um tempo ao final das aulas para que a turma pudesse informar sobre o estágio em que se encontrava a pesquisa e receber as orientações necessárias.

Os coordenadores pedagógicos que apoiavam essa iniciativa se encarregavam de visitar frequentemente as turmas para dirimir qualquer dúvida e chamar a atenção do alunado para o cumprimento dos prazos das atividades. Além disso, reuniam-se com as lideranças do Grêmio e solicitavam a sua colaboração. A participação dos gremistas era muito importante, pois havia um sistema radiofônico instalado no Colégio Estadual da Bahia e durante os intervalos os alunos responsáveis pela Rádio Central divulgavam informes, estimulando a participação dos colegas e costumavam sugerir a busca de algum patrocínio junto aos sindicatos, políticos e comerciantes da área, para a compra de materiais, a exemplo de confecção de objetos e camisas, entre outros

Normalmente, os alunos das turmas se organizavam em grupos e cada um ficava responsável pela pesquisa e apresentação de conteúdos específicos – alimentos, dança, religião, economia e outros. Os professores que visitavam as turmas faziam perguntas sobre



os temas expostos e, ao final, atribuíam um conceito. Assim, segundo os critérios estabelecidos durante as reuniões de Atividades Complementares (AC), pontuavam-se – criatividade, segurança na abordagem dos conteúdos, participação e integração dos membros da turma. Portanto, a atividade era uma avaliação parcial da terceira unidade, para todas as disciplinas. Situação que demonstra o esforço dos professores em trabalhar de forma interdisciplinar.

Em 2003, o Projeto Cultura Afro-Brasileira seria encerrado com a *Feira do Conhecimento dos Países Africanos*. Entretanto, a proposta pedagógica extrapolou para além dos muros do Colégio Estadual da Bahia, passando a ser compartilhada com toda a sociedade soteropolitana. Esta ideia surgiu durante uma reunião de AC, quando os professores de História e Geografia sugeriram a participação dos alunos do Colégio Central na Caminhada do Dia da Consciência Negra. A passeata tem início no Campo Grande, em frente ao Teatro Castro Alves e ocorre ao final da tarde de 20 de novembro, finalizando na Praça da Sé.

Deste evento participam entidades representativas do Movimento Negro, que se mobilizam no sentido de chamar a atenção da população soteropolitana para os problemas enfrentados pela população afrodescendente, como preconceitos e discriminação racial. Juntam-se também nessa caminhada outros movimentos sociais populares e centrais sindicais. É um momento no qual as lideranças através de seus discursos fazem denúncias e manifestam sua indignação contra: o extermínio da juventude negra nos bairros periféricos, os baixos salários pagos à grande massa de trabalhadores no país, as precárias condições da escola e da universidade públicas, a homofobia, enfim, é um momento propício para que a população reflita sobre a sociedade em que vive.

A ideia da participação dos alunos do Colégio Estadual da Bahia na atividade referida foi encampada pela maior parte dos professores, coordenadores pedagógicos e dirigentes. Assim, a partir de 2003 e por mais três edições, os alunos participaram da Caminhada do Dia da Consciência Negra.

Enquanto os estudantes permaneciam concentrados no Campo Grande, aguardando a saída da citada caminhada em direção à Praça da Sé, distribuíram panfletos cujo conteúdo provocava a reflexão sobre a temática da discriminação étnico-racial, interagiram com os transeuntes e pessoas que aguardavam nos pontos de ônibus. Eles aproveitaram a oportunidade para falar de democracia, de igualdade de direitos, respeito às diferenças, fim da discriminação e do preconceito (Figura 01). Esta atitude demonstrava que o alunado reconhecia a sua cidadania, integrando-se também a entidades representativas de movimentos

populares. Um momento em que o segmento estudantil se mostrava para a sociedade como grupo capaz de promover reflexões para a construção de nova consciência cidadã.

Vale à pena abrir parênteses para esclarecer que o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, foi instituído pela Lei 12.519/2011 como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (BRASIL, 2011). Esta data é referência à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, reconhecido como herói da resistência do povo negro contra a escravidão no Brasil (PORTAL BRASIL, 2012).



Figura 01 – Alunado do Colégio Estadual da Bahia distribuindo panfletos durante a Caminhada do Dia da Consciência Negra, 2003 – Salvador/Bahia.
Fonte: ALVES, N. M. S. (2003)

Desta forma, 20 de novembro é um dia dedicado a ampliar os espaços de debate sobre as questões raciais no País. Neste contexto, a participação de alunos e professores do Colégio Estadual da Bahia na caminhada referida, marca a participação desses atores educativos no combate às formas de intolerância étnico-racial, exclusão, desrespeito aos direitos civis e sociais e outras questões urgentes da sociedade brasileira e da comunidade baiana.

3.2 OUTRA DIMENSÃO DO PROJETO CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Durante o processo de execução do projeto pedagógico referido, as turmas do Colégio Estadual da Bahia foram incentivadas a participar de um concurso criativo, que deveria homenagear a pluralidade étnico-racial e cultural, que reflete a condição do povo brasileiro. Com tal finalidade, os alunos deveriam criar *slogans* e desenhos que demonstrassem uma



postura de repúdio contra toda e qualquer forma de preconceito ou discriminação, e em favor de uma educação voltada para relações étnico-raciais, igualdade e respeito às diferenças.

Para isso, foi estabelecido um cronograma de trabalho. Na primeira fase, a própria turma discutia e escolhia por votação a mensagem e o desenho que o grupo considerasse mais significativos e/ou apropriados. Num segundo momento, todas as mensagens e desenhos eram expostos no *hall* do Pavilhão Conceição Menezes, para serem apreciados por professores, funcionários e dirigentes do Colégio. Ao final do processo, os professores de Língua Portuguesa e Artes assumiam a responsabilidade pela discussão dos conteúdos das manifestações artísticas e a escolha da mensagem e do desenho que seriam estampados nas camisetas de todos os alunos. As turmas providenciavam a confecção e a impressão das camisas.

De modo geral, a preferência pelas cores das camisetas recaía sobre aquelas que são representativas do pan-africanismo – vermelha, preta e verde – além da amarela e branca. Vestidos com estas camisetas, os estudantes apresentavam, na sala de aula, para toda a comunidade escolar as informações sobre o país africano pesquisado pela turma. Com a mesma vestimenta, eles compareceram ao Colégio Estadual da Bahia no Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2003, para participarem da caminhada comemorativa (Figura 02).



Figura 02 – Alunado do Colégio Estadual da Bahia com camisetas do Projeto Cultura Afro-Brasileira, na Caminhada do Dia da Consciência Negra, 2003 – Salvador/Bahia.
Fonte: ALVES, N. M. S. (2003)

Para este evento, cada turma confeccionou uma faixa na qual estava estampada a mensagens específica da sua turma, sempre se referindo à igualdade e ao respeito às diferenças (Figura 03). Assim, era possível identificar as turmas e valorizar a criatividade de

seus integrantes. Foi incentivada a confecção de cartazes com alusão à temática da Lei 10.639/03, a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Vestidos com as camisetas e portando cartazes, alunos, professores e coordenadores pedagógicos partiram em caminhada do Colégio Central em direção ao Campo Grande. Durante o trajeto, os alunos distribuíam panfletos cujo conteúdo provocava a reflexão sobre a pluralidade étnica e cultural da população brasileira.



Figura 03 – Alunado do Colégio Estadual da Bahia portando faixas com mensagens, na Caminhada do Dia da Consciência Negra, 2003 – Salvador/Bahia.

Fonte: ALVES, N. M. S. (2003)

3.3 PONDERAÇÕES METODOLÓGICAS E ADVERTÊNCIAS NECESSÁRIAS

O desenvolvimento de projetos pedagógicos que contemplam a interdisciplinaridade não é tarefa fácil, em particular, pela natureza fragmentada da formação docente inicial, tradicionalmente, concebida a partir da doação do saber, fundamentada na ideologia da opressão, segundo entendimento de Freire (1987) em sua reflexão sobre a educação bancária. Além disso, a precarização do trabalho docente representada nos baixos salários e no estabelecimento de simultâneos vínculos empregatícios aumenta, absurdamente, a carga de trabalho do professor e este fenômeno tem impacto na qualidade do ensino e na vida deste profissional. Tais condições refletem o desprestígio social dessa categoria no Brasil e, naturalmente, repercute na adoção da perspectiva interdisciplinar na escola pública.

Por sua vez, quando uma proposta de projeto interdisciplinar é apresentada ao alunado, de imediato há certa rejeição, pois a maior parte dos discentes não se reconhece como capaz de realizar certas tarefas, principalmente no que se refere à pesquisa. Isso se verifica, particularmente, nas turmas do ensino noturno, pois são constituídas por alunos que costumam desenvolver atividades laborais e o tempo que lhes resta para as atividades didáticas se resume aos finais de semana. Diante desse fato, é preciso que o professor faça um



trabalho de conscientização, que resgate a autoestima do aluno, a fim de que ele reconheça o seu potencial intelectual e se torne sujeito atuante no desenvolvimento do projeto pedagógico.

Mais uma vez estão em jogo os reflexos de uma educação bancária segundo a concepção de Freire (1987), ao criticar a posição de objeto do alunado no processo ensino-aprendizagem. O desenvolvimento da autonomia e da emancipação dos atores educativos para apreender o conhecimento e produzi-lo através dos procedimentos da ciência não costuma fazer parte do repertório desse tipo de educação. Assim sendo, os estudantes têm sido mantidos distante de um processo de formação que os instrumentalize para a pesquisa. Consequentemente seria insensato não compreender suas dificuldades neste contexto.

De modo geral, o alunado das escolas públicas tende a consumir o produto da ciência, em lugar de experimentar suas fases de trabalho e de produção. A resistência à pesquisa é decorrente do tipo de escolarização que lhes é destinada e só poderá ser diluída ao longo do tempo. A perspectiva defendida nos princípios da metodologia participativa entende a participação dos sujeitos como condição fundamental para estabelecimento de uma proposta de transformação de atitude de negação, como obra de longa duração.

Para tanto, os sujeitos precisam instituir compromisso de anuência com os resultados e privilegiar a construção dialógica e solidária entre si. Em palavras de Gomes e Borba (2004), a participação social não deve ser confundida com a crença moral de tutela e benevolência. Desse modo, a sociedade e atores educativos precisam pensar e lutar por uma educação como direito social e por um trabalho docente comprometido com a emancipação dos atores educativos.

3.4 ADESÕES E DESDOBRAMENTOS DO PROJETO CULTURA AFRO-BRASILEIRA

No decorrer do processo de execução da proposta, os professores da área de Ciências Exatas, principalmente, os de Biologia e Química também passaram a participar efetivamente do projeto didático-pedagógico Cultura Afro-Brasileira, orientando a pesquisa de certos conteúdos.

No âmbito da Biologia, os professores atuavam no sentido de explicar para os alunos as propriedades nutricionais e os benefícios de certos alimentos típicos do hábito alimentar dos povos africanos, que foram herdados pelo povo brasileiro. Além disso, quando possível, associavam esses hábitos alimentares à condição de saúde; discutiam sobre doenças como a anemia falciforme, doença genética que acomete a população afrodescendente, entre outros.

No contexto da Química, eram tratados os conteúdos referentes aos elementos químicos a partir dos ingredientes utilizados na confecção de pratos típicos e as reações associadas aos processos de cocção e fermentação dos alimentos, por exemplo.

A participação dos alunos do Colégio Estadual da Bahia na Caminhada do Dia da Consciência Negra estimulou a adesão de estudantes de outras escolas públicas próximas, a exemplo do alunado do Colégio Estadual Teixeira de Freitas. Os próprios alunos do Colégio se encarregavam de divulgar sobre sua participação no evento e faziam o convite aos colegas de outras escolas da rede pública, esta iniciativa aumentou a participação do segmento estudantil na marcha. Em síntese, tal atitude marcou o poder do processo educativo voltado para o desenvolvimento de uma cultura democrática, preocupada com a construção da autonomia e da consciência da identidade formada pela pluralidade étnico-racial e cultural, onde o próprio grupo reconhece a necessidade de lutar por mudanças em uma sociedade que conserva traços e as sequelas de um passado excludente e perverso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e execução de uma proposta pedagógica multicultural que reconheça e valorize as contribuições de todos os povos que formaram o povo brasileiro, constitui uma tarefa desafiadora tanto para os gestores públicos quanto para os educadores. Isso se justifica em razão do Brasil ter construído e defendido por séculos o Mito da Democracia Racial.

Este mito, ainda permanece no inconsciente coletivo de milhões de brasileiros e dificulta ou não estimula o desenvolvimento de projetos didático-pedagógicos que possibilitem a ruptura do sistema educacional, historicamente, desigual desde sua implantação no País. Desigual também no que se refere aos poucos recursos destinados à educação pública com graves reflexos na qualidade do ensino. O orçamento financeiro destinado à educação compromete a qualificação dos educadores (coordenadores pedagógicos), entre outros profissionais da educação.

Vale ressaltar que o reconhecimento da participação dos povos africanos na construção da riqueza e da cultura nacional, bem como o resgate da identidade de seus descendentes, com plenos direitos à cidadania, jamais se realizará apenas através de legislação.

Apesar das dificuldades e dos entraves, a experiência relatada revela que é possível realizar uma proposta pedagógica emancipatória nas escolas da rede pública. Revela ainda



que com persistência e compromisso político, o esforço de uma equipe – alunos, professores, coordenadores pedagógicos e dirigentes – pode alcançar resultados importantes, a exemplo da mobilização de 300 estudantes do Colégio Estadual da Bahia na primeira edição do Projeto Cultura Afrobrasileira baseado na Lei 10.639/03.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

_____. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acessado em: 02 mar. 2014.

_____. **Lei 12.519**, de 10 de novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12519.htm>. Acessado em: 02 mar. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, João Carlos Costa; BORBA, Marcos Flávio da Silva. Limites da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. **Ciência e Ambiente**, n. 29, p-5, jul-dez. Santa Maria: UFSM, 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=GOMES%2C+J.C.%2Blimites+da+agroecologia>. Acessado em: 2 mar. 2014.

LEVANTES históricos. **Correio da Bahia**, Salvador, Repórter, p.5-7, 03 nov.2002.

OLIVEIRA, João José dos Santos. **Salvador-BA**. [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://www.connhecer.tur.br/cidades/cidade.php?id=616>>. Acessado em: 02 mar. 2014.

PORTAL BRASIL. **Censo 2010 mostra as características da população brasileira**. [Brasília], 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira>>. Acessado em: 02 mar. 2014.

_____. **Dia Nacional da Consciência Negra**. [Brasília], 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2013/11/nesta-quarta-20-comemora-se-o-dia-nacional-da-consciencia-negra>>. Acessado em: 02 mar. 2014.

Recebido em maio de 2014
Aprovado em agosto de 2014

